

Renata Carvalho Silva
Monografia Logística

RENATA CARVALHO SILVA



1290003796

TCC/UNICAMP
Si38e
1290003796/IE

**A ECONOMIA POLÍTICA DE MARIA DA CONCEIÇÃO
TAVARES: INFLUÊNCIAS, TRAJETÓRIA, CONTRIBUIÇÕES.**

Monografia apresentada no Instituto de
Economia da Universidade Estadual de
Campinas como requisito para a conclusão da
disciplina Monografia II.

Orientador: Professor Rogério Pereira de Andrade

Andrade, Rogério Pereira de

CAMPINAS

DEZEMBRO 2008

TCC/UNICAMP
Si38e
1290003796/IE

CEDOC/IE/UNICAMP

Arq 70231

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os professores que me incentivaram e me apoiaram nesse caminho de crescimento e de aprendizado até agora conquistado. Muito obrigada pela paciência, pela disposição em ajudar, pelo conhecimento que me proporcionaram. Ao professor e orientador Rogério Pereira de Andrade pelas discussões, pelas críticas, pelo auxílio indispensável para que eu concretizasse esse trabalho.

Aos meus pais, pelo apoio incondicional, pelo carinho e amparo que sempre tive nos momentos difíceis.

Aos meus grandes amigos da faculdade, muito obrigada pelos momentos prazerosos de boas risadas e conversas, por ter tolerado as minhas crises e desabafos, pelas experiências compartilhadas e por ter tornado esses cinco anos de faculdade anos especiais na minha vida.

RESUMO

Maria da Conceição Tavares, uma das economistas de grande importância no pensamento econômico brasileiro, contribuiu para uma interpretação em profundidade do funcionamento da economia brasileira. A partir da reconstituição da trajetória intelectual da autora – que se inicia dentro da visão cepalina e posteriormente é reavaliada -, esta monografia se propõe a identificar as principais fontes de inspiração teórica no seu pensamento e como essas idéias foram reavaliadas e interpretadas para compor uma visão particular e heterodoxa sobre o processo de desenvolvimento na periferia capitalista, em especial, o caso brasileiro.

PALAVRAS-CHAVES

Subdesenvolvimento — Economia Brasileira — Economia Política Internacional.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	05
1. A QUESTÃO DO SUBDESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
1.1. A Visão Clássica da CEPAL.....	09
1.1.1. O Método Histórico-Estrutural.....	09
1.1.2. O Modelo de Substituição de Importações.....	12
1.2. A Crítica de Maria da Conceição Tavares.....	16
1.2.1. Uma Nova Abordagem Teórica para a Industrialização Brasileira.....	21
2. DIALOGOS CRÍTICOS COM ALGUMAS VERTENTES DA ECONOMIA POLÍTICA.....	23
2.1. Marx e o Movimento do “Sol”.....	24
2.2. Keynes e a Instabilidade Inerente do Capitalismo.....	28
2.3. Kalecki e os Fundamentos para uma Análise Dinâmica do Capitalismo.....	30
3. ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL: REFLEXÕES ACERCA DA (DES)ORDEM ECONÔMICA MUNDIAL.....	33
3.1. A Retomada da Hegemonia Americana.....	35
3.2. O Ajuste Recessivo a partir dos Anos 80.....	42
3.2.1. O Ajuste nas Economias Centrais.....	42
3.2.2. O Ajuste nas Economias Periféricas.....	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
BIBLIOGRAFIA.....	48

INTRODUÇÃO

Maria da Conceição Tavares é uma das economistas de grande influência no pensamento econômico brasileiro desde os anos 60, em especial o heterodoxo. Embora tenha tratado de assuntos variados, a problemática do subdesenvolvimento – em especial o caso brasileiro – é um tema que norteia toda a sua obra. O início de sua trajetória intelectual é notadamente referenciado no pensamento da CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe), cuja essência reside em explicar o atraso da América Latina em relação aos centros desenvolvidos, a partir de uma perspectiva histórico-estrutural. A análise cepalina enfocava, de um lado, as peculiaridades da estrutura sócio-econômica das economias periféricas, ressaltando os entraves ao desenvolvimento econômico, em contraste com o dinamismo das estruturas dos centros avançados. De outro, centrava-se nas relações comerciais entre os parceiros ricos e pobres do sistema capitalista mundial que, ao invés de auxiliarem o desenvolvimento da periferia, agiam no sentido de acentuar as disparidades.

Ao longo do tempo a autora busca reavaliar essa matriz teórica, introduzindo questões que considera de grande importância para o entendimento da dinâmica das economias periféricas, tais como a dinâmica de acumulação endógena de capital dessas economias e a importância do setor de bens de capital, bem como, no caso brasileiro, as peculiaridades do sistema financeiro do país que geram obstáculos ao desenvolvimento. Tavares trata também de outros temas como a questão inflacionária, preocupação tanto das economias centrais, quanto das periféricas nos anos 80 – nessas últimas, ainda de forma mais aguda.

A partir de Tavares (1985) é possível identificar um elemento adicional quanto aos temas que passaram a preocupar a autora. Se antes o foco recaía sobre as relações centro-periferia, com a atenção voltada para o que acontece na periferia, a partir dos anos 80 a autora inicia suas reflexões no âmbito da Economia Política Internacional, buscando compreender o caráter hegemônico da economia americana e como isso repercute na periferia, em particular, no Brasil.

Toda contribuição intelectual de Tavares possui como referência teórica a obra de vários pensadores da tradição da Economia Política, tais como Marx, Keynes, Schumpeter, Kalecki e Steindl, ligados tanto à teoria econômica mais geral, quanto àquela preocupada com a questão periférica (teoria estruturalista), como Raul Prebisch, Aníbal Pinto e Celso Furtado, entre outros.

A leitura desses autores não é isenta de críticas. Tavares utilizou aspectos das contribuições teóricas que julgou mais relevantes e apropriadas para o entendimento da dinâmica das economias periféricas e buscou formular sua própria interpretação, considerando a insuficiência desses autores para compreender uma realidade diferente daquela onde essas teorias foram desenvolvidas. Fê-lo, porém, de forma criativa para dar conta de uma problemática particular: a do capitalismo “retardatário” brasileiro.

Outra peculiaridade do pensamento de Tavares refere-se à sua capacidade de desenvolver aspectos teóricos em simultâneo à interpretação histórica. Dessa forma, propõe uma interpretação inédita para o processo de industrialização brasileiro, a partir de uma perspectiva heterodoxa (ou não neoclássica).

A utilização do conceito de “vision”¹ elaborado por Schumpeter em *História da Análise Econômica* (1954) pode ser esclarecedor na tentativa de compreender a trajetória intelectual de Maria da Conceição Tavares. Considerada uma intelectual de esquerda, Tavares sempre se posicionou de forma crítica no debate acadêmico, buscando sempre formular suas idéias a partir da leitura de um leque de autores cujas contribuições não necessariamente fundamentaram a análise econômica convencional, hegemônica no debate econômico.

Essa postura crítica leva-a a considerar qualquer análise estritamente econômica como insuficiente para entender a realidade das economias periféricas. Advoga, assim, a necessidade de integração entre economia, política e sociedade numa análise que pretenda compreender os problemas em sua totalidade.

Além disso, convicta da impossibilidade de auto-regulação da economia capitalista, Tavares rejeita qualquer análise que tenha como referência a idéia de equilíbrio. Para ela, o capitalismo é inerentemente instável e impossível de ser analisado a partir de regras e formulações gerais aplicados de forma neutra para todos os países, independentemente de sua especificidade histórica. Assim, o papel do Estado tem uma importância grande em seu pensamento, o que a leva a afirmar que

o caráter contraditório do processo de expansão capitalista não pode ser apreendido em suas dimensões mais relevantes sem passar pelo esclarecimento do papel do Estado como mediador dessas contradições (Tavares 1972, p.22).

¹ Para Schumpeter (1954, p.41) “vision” consiste em um ato pré-cognitivo que proporciona à análise econômica, que pode ser entendida como um domínio do conjunto das técnicas, classificada sob três títulos: história, estatística e teoria, sua matéria-prima. O trabalho analítico começa depois de formada uma representação do conjunto de fenômenos para os quais nosso interesse se dirige.

O objetivo do trabalho é investigar a trajetória intelectual de Maria da Conceição Tavares. Em particular, identificar as principais referências teóricas no seu pensamento e como essas idéias foram reavaliadas e interpretadas para compor uma visão particular e heterodoxa sobre o processo de desenvolvimento na economia brasileira bem como sobre a dinâmica do capitalismo contemporâneo.

No primeiro capítulo procuramos apresentar o movimento do pensamento de Tavares ao tratar da problemática do subdesenvolvimento periférico, tendo o Brasil como objeto central de suas reflexões. Partimos de uma breve caracterização do pensamento clássico da CEPAL, central para compreender a inserção teórica e ideológica da autora. Na sequência, apresentamos o Modelo de Substituição de Importações presente em “Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações” (1963). Neste trabalho é possível identificar a sua filiação ao pensamento cepalino. A revisão crítica desse pensamento, bem como suas posteriores contribuições teóricas para a compreensão da dinâmica da industrialização brasileira, vêm em seguida.

O segundo capítulo aborda o diálogo crítico com os principais pensadores da Economia Política, como Marx, Keynes e Kalecki e suas influência nas reflexões de Tavares sobre o capitalismo contemporâneo.

O capítulo terceiro refere-se a uma nova temática que aparece em suas obras a partir de 1985”. Trata-se de suas reflexões sobre o caráter assimétrico das relações entre os países no âmbito da Economia Política Internacional.

1. A QUESTÃO DO SUBDESENVOLVIMENTO

Embora tenha tratado de assuntos variados, a problemática do subdesenvolvimento – em especial o processo de desenvolvimento econômico brasileiro – é um tema que norteia toda a obra de Maria da Conceição Tavares. Partindo das reflexões da CEPAL, no decorrer de seu percurso intelectual, a autora avançou sua reflexão reavaliando sua própria matriz teórica e incorporando novos paradigmas teóricos, que acabaram por conformar uma interpretação própria e inédita da dinâmica econômica brasileira.

Este capítulo, nesse sentido, é uma tentativa de reconstituir a trajetória da obra de Tavares no que se refere à temática do subdesenvolvimento periférico, mostrando as continuidades e rupturas em seu pensamento e seus diálogos com os pensadores do subdesenvolvimento. Quatro trabalhos foram selecionados para objeto de análise: “Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações” (1963), “Além da Estagnação” (1970), *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil* (1974) e *Ciclo e Crise: O Movimento Recente da Industrialização Brasileira* (1978). Pode-se dizer que o fio condutor que perpassa essas obras, sofrendo mudanças à medida que o próprio pensamento de Tavares sofre revisões críticas, é a interpretação da industrialização brasileira.

Embora seja uma preocupação da autora entender as especificidades das economias periféricas, é o caso brasileiro o objeto central de seu estudo. Assim, nos quatro trabalhos que serão analisados neste capítulo, a problemática do subdesenvolvimento latino-americano, em seu conjunto, é tratado em primeiro lugar. A economia brasileira, ainda que inserida nessa abordagem, mereceu, em todas os trabalhos aqui analisados, um tratamento especial, sendo por isso tratada em separado.

Inicia-se pela apresentação do pensamento clássico da CEPAL, por ter sido a principal instituição onde a autora teve contato com a corrente teórico-ideológica que influenciaria sua trajetória subsequente. Segue-se uma apresentação do Modelo de Substituição de Importações, que consiste na interpretação cepalina sobre o processo de industrialização na periferia, visão compartilhada pela autora expressa no seu primeiro trabalho escrito em 1963. A revisão crítica desse modelo, bem como a construção de uma abordagem teórico-analítica alternativa para entender a dinâmica da industrialização brasileira, vêm em seguida.

1.1. A Visão Clássica da CEPAL

Não é possível tratar de Maria da Conceição Tavares sem fazer referência à CEPAL. Sendo formada por essa instituição, publicou obras centrais inspiradas na tradição cepalina, como o livro *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro: Ensaio sobre a Economia Brasileira* (1972), que marca o início de sua trajetória como pensadora dos problemas do subdesenvolvimento periférico.

Criada em 1948 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas com o objetivo de incentivar a cooperação econômica entre os seus membros, a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) desenvolveu-se como uma escola de pensamento que inaugurou na América Latina uma nova interpretação do comércio internacional e do subdesenvolvimento. Tinha como preocupação básica explicar o atraso da região em relação aos chamados “centros desenvolvidos” e encontrar as formas de superá-lo, a partir de uma perspectiva histórico-estrutural. Nesse sentido, a análise enfocava, de um lado, as especificidades da estrutura sócio-econômica dos países da “periferia”, ressaltando os obstáculos ao desenvolvimento econômico, em contraste com o dinamismo das estruturas dos países centrais; de outro lado, centrava-se nas transações comerciais entre os países ricos e pobres do sistema capitalista mundial que, ao invés de auxiliarem o desenvolvimento da periferia, agiam no sentido de acentuar as disparidades. Com isso, a CEPAL colocava em questão não apenas a divisão internacional do trabalho vigente no sistema capitalista, como também criticava o destino atribuído aos países subdesenvolvidos pela teoria neoclássica do comércio internacional que dava o suporte teórico dessa divisão.

Assim, o conjunto da produção cepalina “constitui um corpo analítico específico, aplicável a condições históricas próprias da periferia latino-americana”(Bielschowsky, 2000, p.16).

1.1.1.O Método Histórico-Estrutural

O principal aspecto das idéias cepalinas que influenciaram a trajetória intelectual de Tavares consiste no instrumento analítico central ao pensamento gerado na CEPAL, o *método histórico-estrutural*, que “deriva de uma fértil interação entre, por um lado, um método essencialmente histórico e indutivo e, por outro, uma referência abstrato-teórico própria, a teoria estruturalista do subdesenvolvimento periférico latino-americano” (Bielschowsky, 2000, p.16).

Na passagem seguinte, Tavares ressalta a importância desse instrumental para o seu pensamento:

A CEPAL serviu para me dar uma preocupação nova sobre o que é a formação histórica, a evolução histórica, o papel dos agentes econômicos em uma sociedade, como é que se desenvolve, portanto, dentro de uma perspectiva estrutural histórica. Isso eu não tinha, devo a CEPAL. De Portugal trouxe uma perspectiva filosófica e teórica. Eu era matemática e filósofa, não era capaz de pensar as instituições e a História e eles me ensinaram. O que não impediu que também me dessem as bases críticas daquilo que eu aprendi. (Tavares, 1996, p.132)

Bielshowsky, na tentativa de esclarecer o que consiste o método histórico-estruturalista utilizado na CEPAL, recorre a Schumpeter (1954). Schumpeter faz uma distinção entre o objeto principal de estudo (*history of economic analysis*) e outro campo da história do pensamento econômico, os “sistemas de economia política” (*history of system of political economy*), considerados como um “amplo conjunto de políticas econômicas que os autores sustentam tendo por fundamento determinados princípios unificadores (normativos) como os princípios do liberalismo econômico, do socialismo, etc.” (Bielshowsky 2000, p.38). As contribuições da CEPAL pertenceriam ao segundo grupo, cujo princípio unificador é a idéia da necessidade da contribuição do Estado ao ordenamento do desenvolvimento econômico nas condições da periferia latino-americana.

A abordagem histórica dos problemas da periferia latino-americana foi instrumentalizada pela teoria “estruturalista” do subdesenvolvimento periférico de Prebisch. Essa teoria tinha como principal propósito examinar o modo peculiar de como se dava o ajuste interno da estrutura produtiva dos países latino-americanos em resposta aos choques externos. Essa peculiaridade residia no fato de que esse ajuste estava condicionado por uma estrutura econômica e institucional subdesenvolvida, herdada do período exportador.

Segundo Bielshowsky,

Em outras disciplinas das ciências sociais, como a lingüística e a antropologia, onde o “estruturalismo” se origina, esse tipicamente correspondeu a um instrumental metodológico sincrônico ou a-histórico. Diferentemente, na análise econômica cepalina o estruturalismo é essencialmente um enfoque orientado pela busca de relações diacrônicas, históricas e comparativas, que se

presta mais ao método “indutivo” do que a uma “heurística positiva”. Daí resultam fundamentos essenciais para a construção teórica da análise histórica comparativa da CEPAL: as estruturas subdesenvolvidas da periferia latino-americana condicionam – mais que determinam – comportamentos específicos, de trajetórias a priori desconhecidas. Por essa razão, merecem e exigem estudos e análises nos quais a teoria econômica com “selo” de universalidade só pode ser empregada com qualificações, de maneira a incorporar essas especificidades históricas e regionais (Bielshowsky 2000, p.20-21).

Segundo Nora Lustig (1988), a “paternidade teórica” do estruturalismo não é única. O pensamento estruturalista se enquadra dentro da economia política, tanto em sua forma mais “radical” associada à tradição marxista, quanto à sua vertente “reformista” associada aos enfoques keynesianos e institucionalistas. A correspondência com as interpretações institucionalistas também é apontada por Bielshowsky (2000), que a justifica pela “importância que o estruturalismo confere à organização dos mercados e agente em condições históricas específicas, e pela insistência nas imperfeições de mercado que essas condições determinam e tornam rígidas” (Bielshowsky 2000, p.21).

Nora Lustig ainda afirma que

Las raíces clásicas del pensamiento estructuralista se pueden encontrar en la tradición marxista/schumpeteriana en el sentido de que para el estructuralismo el sistema capitalista de libre empresa no es sistema armónico sino inherentemente conflictivo, y su desarrollo no ocurre de manera suave sino que se da en forma de saltos, generándose innumerables desequilibrios en el proceso mismo (Lustig, 1988, p.4)

Quanto a essa pluralidade teórica do método, Tavares também tece seus comentários:

Quem é do método histórico-estrutural pode usar elementos teóricos de várias escolas e tentar integrá-las. O Prebisch usou na segunda versão da “teoria da deterioração dos termos de troca” o método neoclássico, quanto pretendeu, sob influência de alguns professores do MIT, fazer uma versão mais acadêmica para consumo norte-americano. A sua formulação original, baseada numa

análise histórica, pode ser utilizada por várias “escolas”. Tanto é assim que se pode ter uma “lei de Walras” aplicada aos resultados de sua pesquisa, bem com uma lei “marxista” do desenvolvimento desigual. (...) O método “histórico-estrutural” no pensamento econômico latino-americano deve-se a ele e a Furtado. E nós todos, seus discípulos, somos histórico-estruturais, todos! (Tavares 1996, pp. 133-134).

Embora, ao longo de sua trajetória intelectual, Tavares tenha feito revisões críticas de seus próprios trabalhos, a abordagem histórico-estrutural com que trata seus objetos de estudo está presente em todas as obras selecionadas da autora que compõem este trabalho.

1.1.2. O Modelo de Substituição de Importações

O artigo “Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil” (Tavares, 1963), trabalho clássico na literatura sobre desenvolvimento econômico brasileiro, pode ser considerado a primeira grande contribuição de Maria da Conceição Tavares à interpretação das economias periféricas, em especial a brasileira. Trata-se de uma sistematização do modelo de industrialização por substituição de importações, fruto de quinze anos de debates e reflexões teóricas na CEPAL junto a Aníbal Pinto, Ignacio Rangel, Celso Furtado, dentre outros. Portanto, está inserido na matriz teórica que aparece nos primeiros escritos da CEPAL.

A perspectiva analítica deste artigo está inserida num período histórico que corresponde ao final de um ciclo de industrialização substitutiva de importações que se interromperia em 1964, com a mudança do regime político. Sendo assim, a visão otimista de que a industrialização seria o caminho para a superação do subdesenvolvimento é substituída por um pessimismo quanto aos resultados do processo de substituição de importações; portanto, este não era o caminho para a superação da condição periférica e de seus problemas estruturais.

A primeira parte do ensaio é uma análise abstrata da dinâmica do processo de substituição de importações. Tanto pelo enfoque teórico, como pelo período histórico contemplado pela análise, as idéias apresentadas nessa parte poderiam ser aplicadas à vários países da América Latina, sobretudo os da América do Sul, independentemente de suas especificidades históricas. Trata-se de uma abordagem econômica e estrutural do processo de industrialização desses países, sem levar em consideração a forma de atuação do Estado nos

distintos contextos de correlação interna das forças sociais. Essa generalização justifica a utilização do termo “economias periféricas”, em referência às economias cuja industrialização se deu aos moldes do modelo de substituição de importações.

A segunda parte trata de uma análise mais quantitativa que qualitativa do caso brasileiro e, portanto, com menor nível de abstração do que a primeira.

A autora inicia com uma breve caracterização do modelo primário-exportador nas economias periféricas e mostra como, a partir de choques externos, a desarticulação desse modelo levou a uma reorientação do eixo dinâmico dessas economias, desencadeando um processo de industrialização por substituição de importações, em que os investimentos industriais são “respostas aos sucessivos desafios colocados pelo estrangulamento do setor externo, através dos quais a economia vai-se tornando quantitativamente menos dependente do exterior e mudando qualitativamente a natureza dessa dependência” (Tavares, 1963, p. 41).

Ao reduzir a receita das exportações, a capacidade para importar dessas economias se viu comprometida e, por extensão, grande parte da demanda interna não satisfeita. O agravamento do desequilíbrio externo fez com que a maioria dos governos adotasse medidas para defender seu mercado interno dos efeitos da crise no mercado internacional. Essas medidas consistiram em restrições e controle das importações, desvalorização cambial e compra de excedentes ou financiamento de estoques.

Não se tratava de uma política deliberada de estímulo à atividade interna, mas sim, de uma defesa contra o desequilíbrio externo. Mas a manutenção da renda interna resultante dessa política viabilizou o processo de industrialização substitutiva que se iniciou a partir de 1930.

Em princípio, ocupou-se a capacidade existente para substituir parte dos bens que antes se importavam. Em seguida, utilizou-se a reduzida capacidade disponível para importar visando obter do exterior bens de capital e matérias-primas indispensáveis para levar adiante o processo de substituição.

O novo modelo era totalmente distinto do anterior. Primeiro, porque houve uma mudança nas variáveis dinâmicas da economia. O setor externo perdeu importância relativa no processo de formação da renda nacional, enquanto aumentou-se a participação e o dinamismo da atividade interna. Segundo, porque enquanto as exportações eram a principal determinante exógena do crescimento no modelo anterior, o investimento passou a ser a variável endógena principal responsável pelo crescimento. Houve também uma mudança no papel do setor externo, que passou a contribuir na diversificação da estrutura produtiva, mediante importação de equipamentos e de bens intermediários.

Há dois aspectos críticos ressaltados pela autora que ajudam a esclarecer a natureza do novo modelo, considerado um processo de desenvolvimento “parcial” e “fechado”. “Parcial” porque as mudanças na estrutura produtiva ocorreram tão somente no setor industrial e nas atividades conexas. O setor primário não apresentou melhora significativa, ou seja, a base exportadora permaneceu precária e sem dinamismo, constituindo dessa forma uma das causas do crônico estrangulamento externo. “Fechado” porque os novos setores dinâmicos se expandiram no âmbito restrito dos mercados nacionais. Em decorrência disso, pode-se inferir que não houve mudança no papel das economias periféricas na divisão internacional do trabalho.

A substituição de importações teve início nas faixas de bens de consumo finais não-duráveis, cuja tecnologia é menos complexa e menos intensiva em capital, além de possuir maior reserva de mercado para esses bens.

A própria expansão da atividade interna nessa primeira fase engendrou a necessidade de se avançar no processo de substituição de importações. Porém, a industrialização substitutiva não chegava a eliminar, pelo menos num primeiro momento, todas as importações industriais do país, porque, à medida que se implantava, por exemplo, o setor de bens de consumo, faziam-se necessárias novas importações de bens intermediários e de bens de capital. Por isso, na prática, verificava-se uma constante transformação da pauta de importações, mais do que propriamente uma diminuição acentuada destas, havendo até períodos de aumento. Assim, para Tavares, o estrangulamento externo não era absoluto, mas, sim, relativo, no sentido de provisório e recorrente, pois cada período de restrição das importações e de incentivo à produção interna era sucedido por uma nova onda de importações, que acabava conduzindo a novo estrangulamento. Nisso reside a contradição interna do processo: avançar no processo de substituição de importações esbarrava nas limitações da capacidade para importar:

À medida que o processo avança através de sucessivas respostas à “barreira externa”, vai se tornando cada vez mais difícil e custoso prosseguir, não só por razões de ordem interna (dimensão de mercado, tecnologia, etc.) como porque, dada as limitações da capacidade para importar, a pauta de importações tende a tornar-se extremamente rígida, antes que o processo de desenvolvimento ganhe suficiente autonomia pelo lado da diversificação da estrutura produtiva (Tavares, 1963, p. 43).

Além das limitações na capacidade para importar, outra barreira à industrialização consistia na insuficiência do mercado consumidor, uma vez que os novos ramos industriais adotavam uma tecnologia intensiva em capital, implicando em menor absorção de mão-de-obra. O problema da insuficiência da demanda se agravaria no Brasil porque, além dos salários serem baixos, as unidades de produção operavam com altas escalas de produção. Nas palavras de Tavares,

Assim, se bem que a implantação dos novos setores produtivos (com tecnologia mais sofisticada) dá à economia um grande dinamismo em termo de crescimento de renda e acelera o processo de substituição de importações, introduz dentro do próprio “setor” capitalista uma desproporção séria entre uma capacidade produtiva cuja escala ótima se destina a atender ao consumo de massas, em países desenvolvidos, e a dimensão efetiva do mesmo num país subdesenvolvido (Tavares, 1963, p. 50).

A autora constata, portanto, um problema potencial de demanda insuficiente, que se manifestaria à medida que se esgotasse o processo de substituição de importações. A continuidade do crescimento passaria a depender de uma “demanda autônoma” que se adiantasse à própria demanda do sistema e compensasse a queda do setor de bens de consumo. O Estado, segundo Tavares, seria o único capaz, nas condições brasileiras, de dar o passo decisivo, através de investimentos autônomos, para transitar do modelo de substituição de importações para o modelo auto-sustentado de crescimento.

Em resumo, Tavares conclui que o processo de desenvolvimento brasileiro desembocara numa demanda insuficiente, cujas causas seriam a alta densidade de capital, a grande capacidade produtiva e a concentração de renda. Somente a demanda estatal autônoma poderia permitir o prosseguimento da acumulação brasileira.

Já neste trabalho de 1963 Tavares procurou superar a concepção mais simplista ou literal do processo de substituição de importações², ao considerá-lo, sobretudo, um desenvolvimento interno que se origina e se orienta sob o impulso de restrições externas. Mas, em trabalhos posteriores, a autora reconheceria as deficiências da análise com base na

² No início deste trabalho, Tavares aponta para o risco de utilizar o conceito de substituição de importações “empregado muitas vezes numa aceção simples e literal que induz a um entendimento errôneo da dinâmica do processo em questão”. No entanto, ela prefere continuar utilizando essa designação, “uma vez que esse é o nome consagrado na literatura sobre desenvolvimento econômico dos países da América Latina e, em particular, nos trabalhos da CEPAL” (Tavares, 1963, p.38).

substituição de importações, centrada na dinâmica “externo-interna”, e reformularia sua interpretação, privilegiando os aspectos *endógenos* do movimento de acumulação de capital no Brasil.

1.1.3. A Crítica de Maria da Conceição Tavares

Em 1970, Tavares escreve, em co-autoria com José Serra, o ensaio “Além da Estagnação”. Na ocasião, predominava na CEPAL a visão, expressa principalmente por Celso Furtado, de que as economias latino-americanas, em especial a brasileira, apresentavam uma tendência à estagnação. Esta tendência, segundo a tese estagnacionista, estaria associada ao fim do dinamismo do processo de substituição de importações, decorrente do padrão concentrado de distribuição de renda e do tipo de tecnologia utilizado. O primeiro limitava o tamanho do mercado, enquanto o segundo, por estar associado a uma relação capital-trabalho elevada, exigia grandes escalas de produção, enorme aporte de capital e pouca utilização de mão-de-obra não-qualificada, favorecendo, portanto, uma concentração da renda ainda maior. Estes fatores levariam a economia brasileira a uma encruzilhada: ou a estagnação econômica ou a adoção de reformas sócio-econômicas profundas, que permitissem o desenvolvimento em novas bases se comparadas às observadas até então. A crítica a esta interpretação é o objeto do referido artigo.

Neste ensaio, embora já seja possível notar uma ruptura com a tradição cepalina mais convencional, não se pode identificar mudanças teóricas e analíticas tão substantivas quanto nas obras seguintes da autora.

Na interpretação de Tavares e Serra, a desaceleração das taxas de crescimento da economia brasileira verificada na década de 60 não representava uma tendência persistente à estagnação, mas sim, consistia apenas em uma baixa cíclica que poderia ser superada.

A argumentação de Furtado estava baseada no fato de que o aumento da relação produto-capital, decorrente de uma concentração dos investimentos em atividades de maior coeficiente capital-trabalho, levaria a um declínio da taxa de lucro e, conseqüentemente, da acumulação. Tavares e Serra contestavam este argumento, alegando que o aumento da produtividade do trabalho e o favorecimento dos lucros em detrimento dos salários poderiam evitar aquele declínio.

Para os autores, o elemento decisivo para a crise decorria da redução na taxa de investimentos, após o amadurecimento do pacote de investimentos complementares implementados no Plano de Metas (1955-1960), à semelhança de uma onda de inovações

schumpeteriana que encontrara seu limite. Isso, somado à redução do nível de atividade verificada entre 1960-63, provocou a generalização da capacidade ociosa, fazendo cair a relação produto-capital.

Os autores identificam três fases da crise. Na primeira (1960-1963), a desaceleração do crescimento econômico foi agravada por uma crise conjuntural decorrente de medidas adotadas pelo governo que, embora visassem combater a desaceleração, acabaram por agravá-la. Essas medidas consistiam nas tentativas de redistribuir renda para os assalariados, via política de preços e salários, e de combater a inflação, através de contenção do gasto público, do crédito privado e da restrição de liquidez.

A segunda fase (1964-1966) iniciou-se com a mudança do regime político e foi marcada pelo agravamento da recessão, em decorrência da política monetária restritiva, aumento da carga fiscal e contenção dos salários que, embora favorecessem as empresas no que tange aos seus custos, também reduzia a demanda agregada. A distribuição funcional da renda alterou-se de forma a beneficiar as empresas que apresentavam melhores condições financeiras de resistir à crise. As reformas tributária e do mercado de capitais propiciaram um novo tipo de financiamento do setor público e privado, sendo funcionais para o enfrentamento da crise e passar para uma “... nova etapa de desenvolvimento capitalista...” (Tavares e Serra, 1970, p. 71).

Essas medidas, em conjunto com projetos do governo em parceria com o capital estrangeiro, possibilitavam a elevação das taxas de investimento. Os autores ressaltam o fato de que, quando do esgotamento do dinamismo da industrialização por substituição de importações, o grau de desenvolvimento industrial era tal que já se permitia a realização de investimentos intensivos em capital e a substituição de produtos que antes eram importados.

Assim, ao final do processo de substituição de importações e, ao contrário do que defendia a tese estagnacionista,

O capitalismo brasileiro tinha condições para passar a um esquema de expansão cujos estímulos emanavam do próprio sistema (sem que isto significasse o enfraquecimento dos laços de dependência externa, tornando-os, pelo contrário, mais estreitos) (Tavares e Serra, 1970, p. 172).

Este novo esquema impunha a necessidade de reajustes da estrutura da demanda, maior acumulação e direcionamento de recursos para investimento, definição de projetos complementares à capacidade produtiva preexistente e correções da estrutura produtiva, com

o fim de atividades sob a proteção da inflação e que não eram adequadas ao novo esquema de expansão. Estes requisitos foram atendidos por políticas adotadas durante o regime militar.

Assim, a política do novo governo militar criou condições para uma maior concentração da renda “conveniente” ao sistema, em benefício das classes médias urbanas e contra as classes populares assalariadas. Esta redistribuição se deu de duas formas: inicialmente, através do estímulo ao financiamento de bens duráveis de consumo e, posteriormente, através da queda dos salários mínimos reais, mas permanecendo constantes os médios. Isso favoreceu ainda mais os novos grupos médios emergentes (Tavares e Serra, 1970, p.201).

Nesse sentido, os autores concluem:

A reconcentração da propriedade, produção, renda e mercados é uma consequência deste novo modo solidário de atuação dos recursos básicos da expansão, através de mecanismos cada vez mais centralizados. São, pois, o resultado simultâneo de uma política instrumentada e de leis inexoráveis de funcionamento interno do capitalismo subdesenvolvido que levam a um processo de acumulação fechada de capital e dos frutos do progresso técnico. (Tavares e Serra, 1970, p. 199).

Em sua tese de livre-docência *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*, de 1974, Tavares faz uma revisão de sua própria interpretação sobre o processo de industrialização brasileiro presente em Tavares (1963). Embora o ensaio de 1970, “Além da Estagnação” já representasse uma ruptura da autora com a visão estagnacionista da CEPAL, a industrialização brasileira continuava sendo interpretada como uma resposta aos impulsos gerados pelo estrangulamento externo através do processo de substituição de importações. Somente em Tavares (1974) a autora reconhece que as interpretações baseadas nessa idéia não “são suficientes para esclarecer satisfatoriamente a especificidade histórica e teórica do desenvolvimento” (Tavares, 1974, p.110).

Para ela, a compreensão da industrialização brasileira requeria uma análise da dinâmica endógena do movimento de acumulação do capitalismo periférico, análise essa que somente poderia ser feita através de um novo corpo teórico alternativo.

Em suas palavras,

Nossa proposição alternativa (...) privilegia, pois, os aspectos internos do movimento de acumulação de capital, pondo ênfase no andamento cíclico característico de estruturas industriais que incorporam empresas nacionais, públicas e estrangeiras com poder desigual de acumulação. A partir dessa análise é que se podem compreender de forma integrada os problemas de “abertura externa” da economia brasileira e de sua articulação “dependente” com o sistema internacional (Tavares, 1974, pp.102).

A partir disso, propõe uma nova interpretação histórica para o processo de industrialização no Brasil. Tavares afirma que a industrialização, entendida como a implantação de um setor industrial, tem sua origem antes de 1930 com a diversificação do capital cafeeiro³.

O período de 1933 a 1955 é caracterizado pela autora como “industrialização restringida”, já que o desenvolvimento das forças produtivas atingido resultava insuficiente para implantar o setor de bens de capital, meta que seria atingida apenas posteriormente com a implementação do Plano de Metas a partir de 1956, com a industrialização “propriamente dita” (Tavares 1974, p.110).

Assim, a “industrialização restringida” estaria baseada em uma nova dinâmica de crescimento em que predominariam: a expansão industrial comandando o movimento de acumulação de capital e o segmento de renda urbano sendo determinante central das condições de demanda efetiva; e o desenvolvimento das forças produtivas e a acumulação urbana sendo insuficientes para implantar um setor de bens de capital, necessária para implantar uma capacidade produtiva à frente da demanda. Com isso, “a estrutura técnica e financeira do capital continua dando os limites endógenos de sua própria reprodução ampliada, dificultando a ‘autodeterminação’ do processo de desenvolvimento” (Tavares, 1974, p.103).

Assim, para Tavares, quando se trata dos limites da acumulação sob uma perspectiva endógena, deve-se analisar o potencial interno de acumulação e diversificação da estrutura produtiva e como esta se articula com o capital estrangeiro.

³ Ao tratar do início da industrialização, Tavares adota a visão de Cardoso de Mello (1975), desenvolvida em *Capitalismo Tardio*.

Nossa hipótese central de análise continua sendo a de que os fluxos de comércio e de capital estrangeiro não determinam exogenamente a dinâmica da acumulação, apenas se articulam com ela e modificam-na a partir de dentro, acentuando as mudanças internas em curso na estrutura produtiva e no padrão histórico de acumulação (Tavares, 1974, pp.103 e 104).

A industrialização “propriamente dita” seria atingida, segundo a autora, quando a reprodução ampliada do capital torna-se endógena e dominante. Essa etapa de “acumulação especificamente capitalista” (Tavares, 1974, p. 110) nos países periféricos seria compatível com o subdesenvolvimento, cuja peculiaridade residia na maior dependência financeira, tecnológica e política em relação ao capital internacional.

Ademais,

A intervenção do Estado e, em particular, seu próprio potencial de acumulação interno, tem necessariamente de expandir-se e de preceder a nova forma de articulação com o capital internacional. Este último nunca entrou sozinho (Tavares, 1974, p.110).

Em sua tese para professor titular de 1978, *Ciclo Crise: O Movimento Recente da Industrialização Brasileira*, Tavares aborda a dinâmica econômica “recente” (1967-77) da economia brasileira, apresentando o movimento geral do ciclo de industrialização. Trata-se de uma continuação da interpretação da autora já iniciada em sua tese de livre-docência de 1974.

São analisadas três etapas do ciclo “recente” de expansão industrial. A primeira consiste na etapa de recuperação (1967-70), cujos pilares são: a reforma fiscal e financeira de 1965/66, que melhora as condições de financiamento do gasto público e de investimentos tradicionais relacionados à construção civil; a política salarial e de financiamento que leva à concentração da renda pessoal, favorecendo o consumo de bens duráveis das classes médias-altas; a reestruturação dos preços dos serviços de utilidade pública; a ampliação das bases de crédito com a criação do Sistema Financeiro de Habitação; e, por fim, os incentivos às exportações.

Esses programas tiveram grande impacto no emprego e no crescimento da renda urbana, reativando a demanda e estimulando o investimento produtivo. Os níveis mais elevados de consumo de bens duráveis, do investimento público e da construção impulsionam os setores de transformação, que passam a liderar o crescimento do PIB e a ocupar a capacidade ociosa, induzindo a aceleração do investimento.

A segunda etapa (1970/1973) corresponde ao auge do ciclo. Nessa fase a capacidade ociosa industrial acaba em 1970/71, levando a um crescimento da produção de bens de capital maior que a produção de bens duráveis. Verifica-se no período um “equilíbrio dinâmico intra-industrial” (a taxa de crescimento real da produção média do período supera ligeiramente a taxa global de acumulação da nova capacidade produtiva) (Tavares, 1978, pp.94-95), que se desfaz em 1973 quando a taxa de investimento industrial aumenta ainda mais.

A terceira fase corresponde ao período de desaceleração econômica compreendida entre 1974 e 1977. Os níveis elevados de investimento que elevam fortemente a taxa de acumulação de capital não se sustentam, o que conduz uma tendência de sobreacumulação. Isso representa um “*gap* dinâmico” (Tavares, 1978, p.98) entre a capacidade produtiva e a demanda efetiva da indústria, que se manifesta, a partir de 1974, com a desaceleração da produção industrial. O crescimento do investimento público até 1977 permitiu que a reversão endógena do ciclo expansivo de 73/77 não fosse abrupta, como em 1963, que contou com níveis deprimidos de investimento público.

1.1.4. Uma Nova Abordagem Teórica para Interpretar a Industrialização Brasileira

Nos trabalhos de 1974 e 1978 retratados acima, Tavares utilizou-se da interação entre microeconomia e macroeconomia para formular uma interpretação nova para o desenvolvimento capitalista no Brasil, concentrando-se nos aspectos *endógenos* da acumulação de capital, com ênfase no movimento cíclico característico de estruturas industriais que incorporam empresas nacionais, públicas e estrangeiras com poder desigual de acumulação. Trata-se, portanto, de um novo instrumental analítico para analisar a dinâmica das “economias semi-industrializadas” (Tavares, 1974), em particular a brasileira. Essa nova abordagem teórica se fez a partir da releitura de autores da tradição da Economia Política, dentre eles Marx, Schumpeter, Kalecki e Steindl com propósito de tentar esclarecer certas relações gerais entre acumulação, salários e progresso técnico e compor modelos de “padrões de acumulação” para economias semi-industrializadas, que apresentam certa particularidade na distribuição de renda.

Essa integração microeconômica/macroeconômica consiste em estudar as formas de estruturas de mercado e como estas interagem e repercutem na acumulação macroeconômica.

De acordo com a autora, o processo de oligopolização da estrutura industrial representa uma tendência de longo-prazo em que algumas formas de organização monopólica

constituem-se, com a predominância do oligopólio puro ou concentrado, a competição intercapitalista e o oligopólio diferenciado, que consiste na articulação oligopólica com hegemonia do capital financeiro. Para caracterizar essas formas de organização industrial, Tavares utilizou-se das contribuições de Steindl, Bain, Silos-Labini, Hilferding e Schumpeter.

A formulação dessa nova teoria foi feita com a finalidade de analisar os ciclos de expansão nas três estruturas oligopólicas industriais, tratando da questão da assimetria em termos de poder de acumulação das empresas oligopólicas e de seus impactos sobre os ciclos de expansão industrial, através da articulação de uma tipologia “setorial”, baseada nos esquemas trissetoriais de Kalecki, com outra de “organização industrial”.

Analisando o ciclo econômico e as estruturas oligopólicas, o oligopólio diferenciado concentrado é identificado pela autora como central para a taxa de crescimento industrial e para a diferenciação da estrutura produtiva, afetando a estrutura de consumo e a distribuição de renda. Os investimentos no oligopólio puro ou concentrado dependem de negociações estratégicas entre o capital nacional e estrangeiro, o que faz variar o papel do Estado e seu caráter nacionalista. No entanto, a falta de coordenação entre os investimentos nos três departamentos dá origem a um crescimento desequilibrado e cíclico e o setor público, mesmo que programe a sua demanda por bens de capital, não consegue compatibilizar as relações intersetoriais em um “modelo de crescimento desequilibrado” (Tavares, 1978, p.25).

XXX

A análise, em linhas gerais, desses quatro trabalhos de Tavares permitiu identificar as continuidades e rupturas em seu pensamento sobre a problemática do subdesenvolvimento periférico, cujo objeto central de estudo é a economia brasileira. A construção de um corpo teórico alternativo para formular uma nova interpretação para a industrialização brasileira, baseada nos mecanismos endógenos da acumulação de capital, consiste em uma das mais importantes contribuições individuais à compreensão do processo de desenvolvimento da economia brasileira.

2. DIÁLOGOS CRÍTICOS COM ALGUMAS TRADIÇÕES DA ECONOMIA POLÍTICA

Dentre os vários aspectos da obra de Maria da Conceição Tavares, destaca-se a leitura crítica de grandes pensadores da tradição da Economia Política, como Marx, Keynes, Kalecki e Schumpeter, dentre outros, com o propósito de compreender a dinâmica do capitalismo contemporâneo. Trata-se de autores que se preocuparam em entender o capitalismo de sua época e o criticaram a partir da compreensão de seu próprio movimento. As teorias destes autores são reavaliadas por Tavares no “tempo” e no “espaço” e nunca utilizados como “instrumentos de dogma”, conforme (Braga, s/d: p.2). Ao recorrer aos clássicos, a autora não pretende “aplicar seu pensamento de forma vulgar, nem codificá-lo sob pretexto de dar-lhe rigor, mas sim utilizá-lo em forma livre e ‘pesquisar’ os problemas que os preocuparam e continuam presentes”. (Tavares, 1978, p.11).

Ainda, nas palavras da autora, sobre a importância da leitura dos clássicos em seu pensamento:

Todos os grandes têm que ser relidos sempre, porque eles colocam problemas que são do capitalismo desde a sua fundação. ‘Ah, mas ele evolui!’. Sim, sabemos que evolui, mas o fato de evoluir não quer dizer que os princípios fundamentais que cada um está discutindo sumiram. São grandes por quê? Porque disseram alguma coisa extremamente relevante sobre um fundamento do capitalismo, senão não teriam nada de grande. Eu lá sou grande em alguma coisa ! Imagina se sou alguém aqui ! (Tavares, 1996, p.147).

Mazzucchelli, ao escrever sobre as influências destes autores na obra de Tavares, sugere uma síntese dos principais vetores teóricos que atuam em seu pensamento:

A partir de Marx, existe a clara percepção do capitalismo como um regime expansivo guiado pela valorização da riqueza abstrata, antagônico em sua estruturação e contraditório em seu movimento. Com Keynes, existe a compreensão que uma economia monetária, fundada na incerteza, é constitutivamente instável. (...) A formulação kaleckiana do princípio da demanda efetiva é a base da contestação rigorosa dos dogmas do ponto de vista “clássico” e a referência essencial (através da releitura dos esquemas tri-setoriais) para os propósitos de análise dinâmica. A ótica do “vendaval perene

da destruição criadora” de Schumpeter, alimenta, por fim, a certeza de que o “problema relevante” não é como o capitalismo “administra as estruturas existentes”, mas sim “como as cria e destrói” (Mazzucchelli, s.d., p.10).

Das contribuições desses pensadores, Tavares depreende aquilo que é o cerne de suas reflexões críticas: a convicção de que o modelo de equilíbrio geral e da auto-regulação dos mercados é um instrumento inadequado para analisar a realidade do capitalismo. Em suas palavras, o essencial no sistema capitalista é

(...)a “impossibilidade” de auto-regulação pela concorrência de capitais, já que o sistema se afasta de sua “origem” e se torna cada vez mais “arbitrário”, menos auto-regulável pela força destruidora de sua expansão. Sua regulação se torna, pois, cada vez mais política. Isto é, o capitalismo é cada vez mais “regulável” pelas relações de “poder” – que é exatamente o que lhe confere tanto uma dimensão de incerteza e instabilidade, quanto de *regenerescência* (ainda que traumática). (Tavares, 1978, p.69-70).

Nesse sentido, o propósito deste capítulo é apresentar, em linhas gerais, o diálogo crítico da autora com algumas vertentes principais da Economia Política. Embora haja inúmeros grandes pensadores com quem Tavares dialoga, como Joan Robinson, Steindl, Hobson, Hilferding, entre outros, este trabalho procurou concentrar-se nos principais expoentes da Economia Política, como Marx, Keynes e Kalecki, cujas idéias constituem a matriz teórica para as reflexões de Tavares.

2.1. Marx e o Movimento do “Sol”

Embora em grande parte do conjunto da obra de Tavares seja possível verificar a influência das idéias de Marx, é em “Um Contraponto à Visão da Auto-Regulação da Produção Capitalista” (Tavares, 1978, cap. 2) que é feita uma releitura propriamente dita da teoria do valor. Neste capítulo, são levantados alguns problemas teóricos relacionados à sua interpretação de *O Capital* com o intuito de sublinhar as críticas da autora em relação a algumas interpretações “neomarxistas” e apontar a sua visão sobre o capitalismo contemporâneo e suas tendências.

Em referência ao caráter contraditório do modo de produção capitalista, Tavares afirma:

O capital é “uma contradição em processo”, que tende “lógica” e historicamente para o seu “conceito”, para sua “forma mais geral e aparente” que se afasta cada vez mais de sua “origem”, o valor-trabalho. (Tavares, 1978, p.58)

Isso significa que o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, ao reduzir o número de horas de trabalho necessárias à produção de qualquer mercadoria, tende a diminuir a necessidade de trabalho assalariado “vivo”, que constitui a fonte do valor, ao mesmo tempo que tende a “baratear o ‘trabalho morto’, os meios de produção produzidos” (Tavares, 1978, p. 59). Entretanto, se por um lado o capital se contrapõe de “modo hostil e antagônico ao trabalhador” (Tavares, 1978, p.61), tendendo a negar o trabalho, o “movimento real do capital”, se afasta cada vez mais de sua determinação conceitual, qual seja, o valor-trabalho. Isso não significa, entretanto, o abandono da “lei do valor”, mas sim a sua própria realização enquanto “lei de valorização”.

O entendimento desse caráter contraditório do capital permitiu a Tavares esclarecer o conceito de lucro. Este, segundo a autora, é inerente ao processo de produção capitalista na sua forma completa (“reprodução ampliada do capital”) e, por isso, “não pode ser ‘deduzido’ da ‘mais-valia’ ou do ‘excedente’, nem contabilizado pelo número de horas de ‘sobretalho’” (Tavares, 1978, p. 55). Ademais, “o lucro pressupõe a valorização de todos os elementos do capital que foi avançado” (a força de trabalho e os meios de produção) (Tavares, 1978, p.56). Portanto, por ser uma categoria que exprime a valorização do capital, o entendimento do lucro capitalista requer, para a sua compreensão, esclarecer

os três movimentos lógicos do processo de valorização. O primeiro se dá na apropriação do trabalho abstrato pelo capital (determinação da taxa de mais-valia); o segundo, na sua ‘transformação’ em preços de produção (determinação da taxa média de lucro); o terceiro, pela metamorfose do capital na forma de uma mercadoria especial – o dinheiro (determinação da taxa efetiva de lucro)” (Tavares, 1978, pp.57-58).

A tendência do capital à sua “forma mais geral e aparente”, o que significa que no “no seu movimento de auto-expansão e valorização permanente (o capital) termina por encontrar-

se prisioneiro de si mesmo: o dinheiro tentando valorizar o dinheiro” (Tavares,1978, p.68) é uma idéia base para a compreensão de um aspecto central, desenvolvido de forma sistemática ao longo de sua obra e que aparece já em Tavares (1971), qual seja: a lógica e a dimensão financeira se sobrepondo à dimensão produtiva na estruturação e no movimento do capitalismo contemporâneo. Como enfatiza a própria autora,

O desenvolvimento das relações de crédito e a invenção periódica de novas “instituições” financeiras, que permitem a “capitalização”, isto é, a valorização contábil do dinheiro pelo dinheiro, só encontra paralelo com o próprio desenvolvimento inexorável da técnica na direção de tornar “inútil” o trabalho produtivo. A parte ‘ativa’ do dinheiro, que entra na circulação de mercadorias requeridas pelo processo produtivo, vai diminuindo, e o capital financeiro fictício se torna, cada vez mais “ativamente”, *passivo*. A parcela do trabalho vivo requerida pelo desenvolvimento tecnológico vai diminuindo em face das escalas gigantescas de produção e o capital pode tornar-se *produtivo*, sugando cada vez menos trabalho direto. (Tavares,1978, p.66)

Assim, o desenvolvimento das instituições financeiras e, por sua vez, a criação de novos meios de endividamento através de títulos financeiros privados e públicos, que constituem a base do mercado de capitais, criam as possibilidades de valorização contábil “fictícia” do capital aplicado. Entretanto, a valorização na esfera no mercado de capitais tende a superar de longe a valorização na esfera da produção, uma vez que a lógica do capital financeiro e do investimento produtivo podem ser radicalmente distintas. Somente uma parte dessa valorização, correspondente à dívida primária nova, financiaria a economia real e receberia os juros pagos por ela. Os juros derivados da circulação financeira seriam nada mais que uma redistribuição entre os capitalistas dos rendimentos obtidos pelo conjunto do capital financeiro⁴.

4

Essa idéia também está presente no *Tratado sobre a Moeda* de Keynes (1930), onde distingue duas esferas de circulação de moeda: a industrial e a financeira. Na primeira, a moeda exerce sua função de meio de troca, faz circular bens e serviços. O produto real, o nível de preços e a velocidade-renda do meio de troca determinam o volume de moeda que satisfaz as necessidades dos agentes que atuam nessa esfera. Na segunda, a moeda faz girar ativos financeiros — papéis que possuem diferentes graus de liquidez e podem proporcionar ganhos de juros e ganhos de capital. Nesta última esfera de circulação, o papel desempenhado pela moeda

Ao se referir aos “limites” da acumulação, Tavares afirma que esses devem ser encontrados no próprio processo de valorização do capital. São, portanto, aspectos *endógenos* (e não *exógenos*, como o esgotamento dos recursos naturais e da força de trabalho, como afirmam os neoclássicos) do sistema capitalista que conduzem à sua própria *desestabilização*.

A seguinte passagem esclarece a idéia:

A acumulação de capital pára por si mesma (...). Pára pela força ou fraqueza da concorrência entre os vários capitais; pela acumulação de capacidade ociosa, que se produz no descompasso entre o investimento que atrai o investimento em cadeia e o escoamento da produção corrente; pela anarquia da produção capitalista, que move as expectativas de rentabilidade para cima, quando tudo vai bem, e as reverte bruscamente, quando o endividamento é excessivo e o risco se torna inaceitável. (...) A acumulação não esbarra nos salários ou na falta de mão de obra, esbarra em si mesma. O capital é o limite de si mesmo, advertia Marx. (Tavares, 1978, p. 30).

Nesse mesmo ensaio, Tavares, ao criticar a idéia de auto-regulação da economia capitalista, com base na lei do valor, utiliza a metáfora do Sol para explicar o movimento do capital:

a lei do valor não é apenas a lei que permite determinar a “taxa média de lucro” que manteria a produção técnica e social girando em torno do Sol – O Capital – como num Sistema Copernicano aproximando-se e afastando-se dele, no seu movimento auto-regulado. É uma lei mais profunda e dialética, como as “leis modernas” da física e da energia, da expansão do universo, que transformam o próprio “Sol” por dentro, que fazem explodir sóis, que fazem do “universo” um sistema em expansão cheio de “buracos” (Tavares, 1978, p.68).

estaárelacionado aos motivos especulativos e financeiros e, os ativos financeiros, por estarem atreladas à esfera da riqueza e possuir fins alternativos, estão mais suscetíveis a grandes variações.

Em resumo, as principais idéias levantadas por Tavares da leitura de *O Capital* e que estão presentes neste texto de (Tavares, 1978): o caráter contraditório do capitalismo que permitiu esclarecer o conceito de lucro; a tendência do capital a sua “forma mais geral e aparente” (Tavares, 1978, p. 68) e a preponderância do capital financeiro sobre o capital produtivo no capitalismo contemporâneo; e, por fim, a idéia de que a acumulação capitalista apresenta limites endógenos a sua expansão. Esses aspectos levantados por Tavares corroboram a sua interpretação sobre a impossibilidade de auto-regulação da produção capitalista.

2.2. Keynes e a Instabilidade Inerente do Capitalismo

A partir da leitura de Keynes, Tavares extrai alguns dos princípios teóricos mais importantes que sustentam sua convicção quanto à impossibilidade de auto-regulação da economia capitalista.

Em primeiro lugar, a idéia da economia capitalista como uma economia monetária da produção, em que a idéia de incerteza tem um papel importante a desempenhar. Uma vez que essa incerteza permeia as decisões de cálculo capitalista, a sensibilidade a mudanças bruscas e repentinas torna a economia capitalista inerentemente instável, fazendo com que a noção de “equilíbrio” não seja uma referência adequada para se entender a realidade.

A incerteza no horizonte de cálculo capitalista leva a autora a ressaltar a importância de se compreender o papel determinante e instável do investimento na dinâmica capitalista. O caráter determinante do investimento está baseado no Princípio da Demanda Efetiva, a idéia de que as variáveis de renda são determinadas pelas variáveis de gasto. Nesse sentido, o investimento seria central para a determinação do nível de renda da economia.

Em relação à natureza do investimento e em concordância com as idéias formuladas por Keynes (e também por Kalecki), Tavares afirma que, se de um lado o investimento é uma variável estratégica, determinante da demanda agregada, de outro, é o principal elemento instabilizador do capitalismo. Os fatores determinantes do investimento, por serem influenciados pelas expectativas dos agentes acerca de um futuro incerto, são incapazes de garantir uma trajetória estável a essa variável.

Em duas passagens da obra da autora, em momentos distintos de suas reflexões, é possível identificar esse duplo caráter do investimento, estratégico e instabilizador:

O investimento não é, pois, apenas uma categoria de demanda efetiva (gasto) (...). É fundamentalmente uma categoria dinâmica, é o instrumento da expansão da capacidade produtiva, da acumulação de capital, é o elemento cíclico por sua própria natureza. Se crescer demais, não pode se manter, porque termina por gerar capacidade ociosa, que deprime a taxa de rentabilidade do capital, tanto a esperada como a efetiva. Se cresce de menos, tão pouco pode manter-se, porque não gera renda suficiente para comprar a própria produção ampliada (Tavares, 1978, p.31).

(...) As razões das amplas e repentinas flutuações do investimento nascem da própria natureza e objetivos da produção capitalista. O afã do ganho privado e a natureza anárquica das decisões intertemporais que caracteriza a busca deste objetivo levam a classe capitalista a avaliações problemáticas – para a estabilidade do sistema – quanto ao valor presente de seu capital e quanto à forma desejada de posse da riqueza. Deste modo, a relação entre a taxa de juros e o rendimento provável dos bens de capital recém-produzidos pode ser tal que indique ao conjunto da classe (Tavares e Belluzzo, 1981).

A partir ainda do princípio da demanda efetiva, Tavares afirma que a idéia de “insuficiência de poupança” para explicar as flutuações do investimento não se sustentam. O desenvolvimento do sistema de crédito, ao exercer papel fundamental no financiamento do investimento, faz com que a poupança, entendida como um não-gasto, não seja determinante para a realização do investimento. Assim, em uma economia capitalista, quanto maiores os gastos, maior a base para as operações de crédito, que, portanto, não estão limitadas pela poupança dos agentes. A poupança, de acordo com Keynes e Kalecki, deve ser compreendida como um resíduo *ex-post* da renda não-gasta, mantendo apenas uma identidade contábil com o investimento. A relação causal, ao contrário do que diz a análise neoclássica, parte do investimento para a poupança, e não o contrário.

A influência da linha de pensamento keynesiana continuou presente nas reflexões da autora, por exemplo, ao discutir a questão da inflação. Esta é tratada no artigo “Uma Reflexão Sobre a Natureza da Inflação Contemporânea” (Tavares e Belluzzo, 1984), tendo como referencial de análise o “modelo keynesiano de preços”, presente nos trabalhos de Paul

Davidson (1972) e John Hicks (1974), autores cuja corrente teórica está inserida na tradição pós-keynesiana.

Nos anos 70/80 a aceleração inflacionária tornou-se uma preocupação tanto nas economias centrais, quanto nas periféricas – nessas, ainda de forma mais aguda. Os dois choques do petróleo, bem como a ruptura do sistema de Bretton Woods, agravou a instabilidade do sistema de preços mundial, provocando uma dispersão, sem precedentes, no espectro das taxas de inflação.

Para Tavares e Belluzzo, as premissas do modelo de Hicks e Davidson residiam basicamente na estabilidade do padrão monetário internacional, que garantiria taxas de equilíbrio de longo prazo para os juros e para o câmbio, permitindo o funcionamento do sistema de preços fixos industriais em qualquer economia nacional. A ruptura do padrão internacional na década de 70 e seu efeitos instabilizadores sobre as taxas de câmbio e de juros tornam o modelo de *fix-prices* de Hicks limitado para explicar o comportamento dos preços industriais. Com a flutuação das taxas de câmbio e das taxas de juros, a estabilidade dos preços embutidos nos contratos de oferta no suprimento de matérias-primas estratégicas (importadas e exportadas) e a estabilidade dos contratos de dívida ficaram comprometidas e esses passaram a ser reajustados em períodos mais curtos de tempo. O horizonte temporal para o cálculo prospectivo capitalista tornou-se, portanto, mais incerto e os preços de produção, antes *fix-prices* tenderiam a ser flexíveis para cima, na tentativa de antecipar uma possível queda na rentabilidade sobre o capital empregado na produção.

Ao mostrar a limitação do modelo keynesiano de determinação de preços na nova conjuntura econômica mundial dos anos 80, Tavares não rompe com as idéias contidas nesse modelo; ao contrário, utiliza-as para ir adiante, não para descartá-las.

2.3. Kalecki e os Fundamentos para uma Análise Dinâmica do Capitalismo

Os trabalhos *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil* (1974) e *Ciclo e Crise: O Movimento Recente de Industrialização Brasileira* (1978) são aqueles em que a visão kaleckiana sobre a dinâmica econômica capitalista está mais presente. Dois aspectos do pensamento desse autor são resgatados para compor um novo referencial analítico a fim de

interpretar o processo de industrialização no Brasil. São eles: o princípio da demanda efetiva e os esquemas trissetoriais da dinâmica interindustrial para analisar as economias capitalistas⁵.

Para compreender a industrialização no Brasil, privilegiando os aspectos endógenos da acumulação de capital, a autora adota explicitamente o princípio da demanda efetiva, segundo o qual as economias não enfrentam problemas do lado da oferta, e sim pelo lado da demanda, caracterizando uma situação de “insuficiência da demanda efetiva” (Tavares, 1974, p.41).

Já os esquemas trissetoriais kaleckianos, baseados na diferenciação de três setores - os de bens de capital (DI), os de bens de consumo capitalista(DII) e o de bens de consumo assalariado (DIII) - têm o propósito de permitir estudar o crescimento global e setorial de uma economia capitalista – e verificar quais são os seus problemas de produção e distribuição para manter um “equilíbrio” dinâmico.

A utilização desses esquemas são funcionais, segundo a autora, para explicar a sua própria interpretação do “crescimento desequilibrado” (Tavares, 1978, p.25). Essa idéia é a base da nova visão da autora sobre a dinâmica cíclica da industrialização brasileira, presente nos trabalhos de 1974 e 1978.

Se o crescimento do DI e do DII superar o crescimento do DIII, os lucros crescerão relativamente mais que os salários, o que se traduz em uma expansão da capacidade produtiva em ritmo maior que o crescimento da produção e da renda corrente. Essa queda no grau de utilização pode induzir a uma queda na taxa de investimento, que pode também ser influenciada pela incerteza relacionada ao cálculo capitalista, implicando na difusão da capacidade ociosa por toda a economia e, por consequência, queda dos lucros. Portanto, é a queda no ritmo de expansão do capital (investimento) que desencadeia a “superacumulação de capital”. Nas palavras da autora,

A ampliação do DI tende a parar, ao produzir-se um aumento da capacidade ociosa, a qual freia os novos projetos de investimento por reduzir a taxa de rentabilidade esperada. É a queda no nível de investimento que determina a queda na taxa de lucro efetiva e não o contrário. O consumo dos capitalistas,

5

Para uma análise da dinâmica econômica interindustrial e da trajetória da acumulação, Tavares faz uso dos esquemas trissetoriais de Kalecki, descartando os “esquemas de reprodução marxista” para tal fim. Segundo a autora, esses últimos têm como objetivo estudar o processo geral da decomposição do valor do capital global, utilizando, para isso, a separação clássica em capital variável e capital constante. Não foram imaginados para entender a dinâmica econômica, mas sim para “entender as ‘conexões internas’ da produção capitalista com o processo simultâneo de distribuição em valor dessa produção”. Pelo seu alto nível de abstração e pelas várias restrições exigidas, na prática essa abordagem marxista se torna inutilizável. (Tavares, 1978, pp.18-19).

que vai crescendo com os lucros, atrás do investimento, tende também a ser freado junto com ele. O nível de consumo capitalista pode sustentar-se, porém, graças às rendas capitalistas acumuladas, o que não ocorre com parte do consumo dos trabalhadores. A mão de obra empregada na construção de nova capacidade produtiva é despedida; diminui a demanda do DIII, que por sua vez também tende a despedir trabalhadores, caindo em consequência o nível geral de emprego e a massa de salários. O excesso de capacidade que se gerou com a desaceleração do investimento generaliza-se para toda economia (Tavares, 1978, pp. 28-29).

3. ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL:

REFLEXÕES SOBRE A (DES)ORDEM ECONÔMICA MUNDIAL

Uma avaliação mais geral dos trabalhos de Maria da Conceição Tavares, desde a publicação de “Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações” em 1963 até 1978, ano de sua tese para professor titular, permitiu identificar dois planos de reflexão: de um lado, a temática do subdesenvolvimento e as formas de superá-lo e, de outro, um diálogo crítico com várias tradições da Economia Política.

A partir de Tavares (1985), é possível identificar um elemento adicional quanto aos temas que passaram a preocupar a autora. Se antes o foco recaía sobre as relações centro-periferia, com a atenção voltada para o que acontece na periferia, com destaque para o caso brasileiro, a partir dos anos 80 a autora inicia suas reflexões sobre as relações assimétricas de poder entre as economias nacionais, reflexões que poderiam ser enquadradas em uma nova disciplina de estudo, a Economia Política Internacional.

É conveniente esclarecer qual o objeto de estudo dessa disciplina. A Economia Política Internacional é um desdobramento da Economia Política e, de acordo com O'Hara (2001),

International political economy has wide and indistinct boundaries that overlap economics and political science. These approaches tend to agree on a number of methodological or substantive points. The first is the importance of a cross-disciplinary analysis of the global dynamics of modern capitalism, and the critical importance of examining complex and differential power relationships among nations and corporations. The second is the conviction that international economic relations and policies are predicated on political factors, such as the comparative power of states and the influence of domestic interest groups. The third is the special emphasis that is placed on the persistent and widening differences in per capita incomes between the world rich and poor nations; and the role of nation size and power in explaining the division of gains to trade and investment. Lastly, they tend to agree on the necessity for understanding trade policy outcomes as the results of the conflict between classes and interest groups (O'Hara 2001, pp.570-571).

Outra definição é dada por Gonçalves (2005),

A Economia Política Internacional (EPI) procura superar as limitações específicas de cada campo teórico ao apresentar um enfoque analítico eclético ou abrangente para os fenômenos próprios do sistema internacional, em geral, e do sistema econômico internacional, em particular. Esse enfoque eclético remonta, na realidade, ao entendimento da Economia Política não como um corpo teórico fechado com “leis de aplicação universal”, mas, sim como a aplicação da teoria aos problemas do mundo real com a ajuda de outras ciências sociais. E, desde Adam Smith, a Economia Política trata de dois temas: riqueza e poder (Gonçalves 2005, pp.4-5).

Gonçalves (2005) ainda cita um nome de referência (Gilpin) no estudo da Economia Política Internacional, cujo objeto de estudo, segundo ele, é “o impacto da economia mundial de mercado sobre as relações dos Estados e as formas pelas quais os Estados procuram influenciar as forças de mercado para sua própria vantagem” (Gilpin, 1987, p.24).

Considerando essas definições que esclarecem um pouco mais sobre o objeto de estudo da Economia Política Internacional, é possível constatar que os trabalhos de Tavares, a partir de 1985 e que serão retratados nesse capítulo, têm em comum uma temática que pode ser inserida nessa disciplina.

Foram selecionados quatro trabalhos da autora que julgamos serem os mais representativos do seu pensamento nessa nova temática. São eles: “A Retomada da Hegemonia Americana” (1985), “Pós-Escrito 1997: A Reafirmação da Hegemonia Americana” (1997), que consiste numa versão revisitada do artigo anterior, em que os autores buscam delinear uma atualização dos termos em que se encontra a questão da hegemonia americana naquele momento. Os textos “Ajuste e Reestruturação nos Países Centrais: a Modernização Conservadora” (1992) e “As Políticas de Ajuste no Brasil: os Limites da Resistência” (1993) tratam das respostas dos países centrais e países periféricos, respectivamente, às políticas americanas de reafirmação de sua hegemonia.

2.1. A Retomada da Hegemonia Americana

No artigo que versa sobre o novo caráter da inflação mundial nos anos 80, “Uma Reflexão Sobre a Natureza da Inflação Contemporânea” (1984), escrito em co-autoria com Luiz Gonzaga Belluzzo, já é possível identificar reflexões da autora no âmbito da Economia Política Internacional.

Nos anos 80, o problema da aceleração inflacionária toma o centro do debate econômico tanto nas economias centrais, quanto nas periféricas. Tavares, com uma visão crítica sobre as transformações em voga na economia mundial, propõe uma interpretação própria sobre a inflação mundial dos anos 80. Os dois choques do petróleo, bem como a ruptura do sistema de Bretton Woods provocaram uma maior volatilidade do câmbio e dos juros e, por conseqüência, uma maior instabilização das expectativas dos agentes. A incerteza quanto à evolução dos principais preços da economia, câmbio e juros, influenciou diretamente, segundo os autores, o processo de formação dos preços de produção, o que os levou a elaborar uma teoria que propunha um novo diagnóstico da inflação mundial.

A elaboração desta teoria requereu a compreensão das transformações no sistema econômico mundial, marcado pela ruptura do padrão monetário internacional e seus impactos sobre a formação dos preços de produção e os efeitos das políticas de ajustamento sobre os processos de aceleração inflacionária. Assim, embora a compreensão do novo caráter da inflação tivesse sido a preocupação central de Tavares no artigo de 1984, já é possível identificar uma primeira aproximação de suas reflexões no âmbito da Economia Política Internacional.

Mas somente em “A Retomada da Hegemonia Americana”, escrito em 1985, a autora inaugura suas reflexões no âmbito da “hierarquia das relações internacionais do ponto de vista da predominância política e econômica da potência hegemônica” (Tavares, 1985 [1997]). Segundo Braga (s/d),

Àquela altura, Conceição inquietava-se com a questão do *imperialismo americano*, alertando que a compreensão de tal questão exigia uma discussão da “hegemonia externa dos Estados Unidos não apenas em termos industriais e financeiros, mas também em termos militares, diplomáticos e ideológicos” (1983: xxi) que avançasse em relação a quaisquer dos autores do começo do século (Braga, s/d, p.8).

A análise do objeto em estudo permaneceu sendo feita sob uma perspectiva histórico-estrutural, assim como se pôde observar nos trabalhos anteriores de Tavares.

Este artigo teve grande repercussão no debate acadêmico pela tese inovadora sustentada pela autora. Enquanto muitos analistas na década de 80 diagnosticavam uma crise final da supremacia americana no sistema mundial, crise essa iniciada com o fim do regime de Bretton Woods e com a derrota americana na Guerra do Vietnã em 1973, Tavares, na contramão do consenso vigente, defendeu que os movimentos em curso de desregulação e financeirização da economia mundial não eram fruto de um desenvolvimento espontâneo e autônomo das forças de mercado. Pelo contrário, faziam parte de um esforço estratégico bem-sucedido de restauração da hegemonia mundial dos EUA, posta em xeque durante os anos setenta.

Para Tavares (1985),

Os desdobramentos da política econômica interna e externa dos Estados Unidos, depois de 1979, foram no sentido de retomar o controle financeiro internacional através da chamada diplomacia do dólar forte. Esta, apesar de mergulhar o mundo numa recessão generalizada, deu aos Estados Unidos a capacidade de retomar a iniciativa. Assim, os destinos da economia mundial encontram-se hoje, mais do que nunca, na dependência das ações da potência hegemônica.(...)Esse poder deve-se menos à pressão transnacional de seus bancos e corporações em espaços locais de operação, do que a uma visão estratégica da elite financeira e militar americana que se reforçou com a vitória de Reagan. (Tavares, 1985, pp.29-30).

Logo de início, Tavares esclarece o que consiste esta idéia de “retomada da hegemonia americana”. Não se trata tão somente de se reconhecer o maior poder econômico e militar da potência dominante, mas sim de constatar que esta tem uma “capacidade de enquadramento político-ideológico de seus parceiros e adversários” (Tavares, 1985, p.28). Esses são compelidos a submeter-se e a incorporar a visão dominante como sendo a única possível, numa espécie de “dominação consentida”. No plano da política econômica, isso se manifesta pela aceitação da adoção de um ajuste recessivo, de forma sincrônica, pelo resto dos países capitalistas.

O ensaio, em sua primeira parte, mostra como se deu esta retomada da hegemonia americana. Esta foi baseada num “reenquadramento por parte do governo americano do

movimento policêntrico que vinha tendo lugar a partir da transnacionalização dos capitais de origem norte-americana” (Tavares, 1985, p.29). A idéia de “retomada” é justificada pelo fato de que a economia americana parecia perder importância no final dos anos 70, com o dólar se enfraquecendo. Essa percepção se devia ao fato de que a liderança tecnológica dos EUA vinha perdendo seu vigor, com a entrada em cena das potências emergentes Alemanha e Japão. Além disso, o sistema bancário privado operava totalmente fora de controle dos bancos centrais, em particular do Federal Reserve (Fed). As filiais transnacionais, com interesses cada vez maiores em mercados extra-nacionais, conduziam a um acirramento da concorrência no interior dos demais países capitalistas. Essa concorrência favorecia a modernização e expansão européia e japonesa e era desfavorável aos EUA. Em síntese, a economia mundial tendia a um movimento “policêntrico” hegemônico, que estava levando à desestruturação da ordem vigente no pós-guerra e à descentralização dos interesses privados e regionais americanos.

Diante da ameaça do dólar de perder seus status de moeda internacional de reserva, Paul Volcker, então presidente do FED, subiu abruptamente a taxa de juros interna em 1979, valorizando o dólar frente as demais moedas nacionais, e declarou que a hegemonia da moeda americana iria ser restaurada. Essa elevação da taxa de juros foi acompanhada de uma retomada do controle pelo FED dos seus próprios bancos e do sistema bancário privado internacional, que passou a ficar sob o controle da política monetária americana. As flutuações das taxas de juros e de câmbio ficaram novamente atreladas ao dólar e o movimento da liquidez internacional foi posto a serviço do déficit fiscal americano. Em decorrência das políticas financeira e armamentista, ambas “agressivas” e “imperiais”, dos EUA, a dívida americana, que passava a ser financiada por ativos denominados em dólar, atingiu patamares exorbitantes.

Essa dívida é o único instrumento que os EUA têm para realizar uma captação forçada da liquidez internacional e para canalizar o movimento do capital bancário japonês e europeu para o mercado monetário americano. Por outro lado é um instrumento de aplicação seguro e de alta rentabilidade para o excesso de recursos financeiros dos principais rentistas à escala mundial. Assim, apesar das críticas ao déficit americano, este tornou-se na prática o único elemento de estabilização temporária do mercado monetário e de crédito internacional. O preço desta “estabilidade” tem sido a submissão dos demais países à diplomacia do dólar e o ajustamento progressivo de suas políticas

econômicas ao desiderato do “equilíbrio global do sistema” (Tavares, 1985, p. 35).

Inaugura-se, a partir daí, a “diplomacia do dólar forte”. A política de fortalecimento do dólar (agora “flexível”⁶, sem lastro e sujeito ao controle do FED), impôs queda à atividade econômica americana e falências, o que levou a uma recessão mundial. Houve redução dos preços das commodities e aceleração da inflação internacional, agravada pelo choque do petróleo em 1979. No entanto, devido às providências tomadas pelo governo americano, a fuga da moeda americana foi estancada e os investidores voltaram a negociar em dólar, que se valorizou em relação às outras moedas e recuperou seu antigo *status quo*. Assim, desde então, os EUA conseguiram retomar o controle do sistema monetário-financeiro internacional.

Os países centrais não viram outra alternativa senão a de se submeter à hegemonia do dólar no novo sistema e passaram a aceitar um novo padrão monetário internacional, o “padrão dólar-flexível-financeiro” (Serrano e Medeiros, 1999). Neste novo padrão, o dólar continuou sendo a moeda de referência internacional. Porém, os EUA se viram livres das limitações impostas ao país emissor da moeda-chave num padrão referido ao ouro. Os déficits no balanço de pagamento passaram a ser financiados por ativos denominados em dólar. A não conversibilidade do dólar em ouro permitiu a variação da paridade em relação às outras moedas conforme sua conveniência, através dos movimentos na taxa de juros americana. Além disso, não havia mais porque temer uma fuga para o ouro, pois o novo padrão é inteiramente inconvertível em relação ao ouro.

A partir de 1982, os EUA iniciaram a retomada de seu crescimento. O financiamento desse crescimento foi feito com base em crédito de curto prazo, endividamento crescente das famílias, o que alavancou o consumo, e déficit fiscal. Ademais, como o dólar valorizou-se em decorrência da diplomacia do dólar forte e, devido à concorrência das importações, a inflação tornou-se praticamente inexistente. A sobrevalorização do dólar, a queda da inflação e a absorção de liquidez internacional levaram a um declínio da taxa nominal de juros.

Outro aspecto desse processo de restauração da posição hegemônica dos EUA destacado pelos autores refere-se às relações econômicas internacionais. Os EUA aumentaram de forma exorbitante seu déficit comercial, o que, juntamente com o recebimento de juros, lhe permitiu absorver transferências reais de poupança do resto do mundo.

O intenso crescimento das importações americanas teve influência decisiva para a

⁶ Dólar flexível é o termo usado por (Serrano 2002).

recuperação da economia mundial, beneficiando indiscriminadamente todos os países, desenvolvidos ou não.

A transferência de “poupança real” permitiu fechar o déficit estrutural financeiro do setor público americano. Através da colocação de títulos públicos no mercado e, somada à boa aceitação destes títulos pelos investidores (de países desenvolvidos ou não), tem feito com que o mundo todo financie o Tesouro americano e também os consumidores e investidores do país.

Em artigo posterior que busca reavaliar o artigo de 1985, a autora reitera suas posições. Trata-se do “Pós escrito 1997: A Reafirmação da Hegemonia Americana”, escrito em co-autoria com Luiz Eduardo Melin. Neste artigo os autores procuram analisar a reafirmação da hegemonia americana desde a década de 80 até meados na década de 90. Apresentam, inicialmente, uma periodização dos fatos de 1979 a 1996, fatos esses que sustentam e corroboram a tese defendida no artigo anterior. Em seguida, desenvolvem a sua interpretação sobre o novo caráter do dólar, que representa uma “nova face da hegemonia americana”. (Tavares e Melin, 1997, p.62). A análise continua levantando questões acerca das políticas de globalização e suas conseqüências sobre o crescimento internacional. Deste trabalho, apresentaremos as idéias de Tavares e Melin sobre o novo papel desempenhado pelo dólar no sistema monetário internacional, pois trata-se da principal contribuição dos autores a respeito da compreensão dos movimentos da economia mundial presente neste artigo.

O dólar norte-americano, de um padrão de valor rígido no regime de Bretton Woods, converteu-se numa “moeda financeira” no novo padrão monetário. A denominação em dólar para qualquer tipo de operação internacional independe, em grande medida, da paridade dessa moeda com quaisquer outros ativos. Com efeito, mesmo quando o dólar mostra-se enfraquecido, não ocorrem fugas significativas de suas posições. A moeda norte-americana foi capaz de conservar e fortalecer seu status de moeda-chave do sistema monetário internacional, a despeito de seu poder de compra alterar-se consideravelmente ao longo das últimas duas décadas.

Durante o regime de Bretton Woods, o dólar desempenhou o papel de reserva de valor do sistema financeiro mundial, além, é claro, de atuar como unidade de conta e meio de pagamento. A estabilidade do próprio sistema tinha como um dos pilares a defesa da conversibilidade dólar-ouro a uma taxa fixa. A própria definição do sistema de Bretton Woods como um padrão monetário rígido advém desta relação invariável entre a divisa-chave e o lastro em ouro (taxa de câmbio fixa). Ademais, a existência de fortes e difundidas práticas restritivas aos movimentos de capitais permitiam que as trajetórias das taxas de câmbio das

economias nacionais, no geral, acompanhassem a evolução de seus saldos em transações correntes. Deste modo, as reservas em dólares dos Bancos Centrais, supostamente lastreada em ouro, tornaram-se indispensáveis instrumentos para a estabilidade do sistema de taxas de câmbio fixas. Portanto, pode-se definir também Bretton Woods como um padrão monetário de reservas.

A partir do final dos anos setenta, um novo sistema monetário, diferente de Bretton Woods, passa a operar. O dólar americano manteve seu papel de mais importante moeda internacional. Nesse novo sistema, é fundamental sublinhar, segundo Tavares, que a denominação dos contratos comerciais e financeiros ocorre de forma independente do comportamento dos mercados nacionais de câmbio. Mesmo alterando seu valor em relação ao ouro, bem como em relação às outras moedas nacionais, o dólar norte-americano continuou sendo moeda de referência para o sistema monetário internacional, embora tenha deixado de exercer, em grande medida, a função clássica de reserva de valor. Como afirmam os autores,

Não se trata de reserva de valor como um padrão monetário clássico, o que continua preocupando os monetaristas de direita e de esquerda, que insistem em ver o risco sistêmico como decorrente da “fraqueza” da moeda americana e da ruptura das paridades de seu poder de compra frente às demais moedas internacionais relevantes. (Tavares & Melin, 1997, p. 64).

Transformou-se em uma *moeda financeira*, cujos principais atributos são: i) liquidez imediata nos mais importantes e diversos mercados (monetário, imobiliário, de *commodities* e de capitais); ii) segurança para as transações de risco; e iii) unidade de conta para a maioria dos ativos negociados internacionalmente. O conceito de moeda financeira, segundo a autora, consiste na capacidade da moeda, decorrente dos atributos que apresenta, em oferecer as condições necessárias à realização das operações básicas desses mercados, que são: as operações de segurança (*hedge*), para aqueles que buscam proteção contra a instabilidade endógena dos mercados; e as operações de arbitragem (especulativas), para aqueles que tentam realizar lucros não operacionais, antecipando-se aos movimentos dos mercados. Isto é,

Em outras palavras, as transações comerciais das grandes empresas transnacionais e os preços praticados mundialmente estão denominados em dólar, qualquer que seja a paridade cambial vigente nos mercados nacionais. Isto significa que o dólar não é mais um padrão de valor no sentido dos

regimes internacionais anteriores (padrão ouro-libra e padrão ouro-ólar), mas cumpre, sobretudo, o papel mais importante de moeda financeira em um sistema desregulado onde não existem paridades cambiais fixas, vale dizer, onde não há padrão monetário rígido. (Tavares e Melin, 1997, p. 64).

Com efeito, a discussão sobre a determinação do “valor do dólar” mudou. Antes, tal valor já estava definido e expresso na taxa de câmbio com o ouro. Hoje, com a liberalização do mundo das finanças e a ausência de lastro, o valor do dólar é definido pela política monetária dos EUA mediante a manipulação das taxas de juros básicas de sua economia. Vale dizer, as variações dessas taxas provocam enormes fluxos financeiros de capitais, afetando as paridades cambiais do dólar com as demais moedas internacionais.

Para Tavares e Melin (1997), essa capacidade advém do fato de os títulos públicos norte-americanos serem os mais nobres do sistema, no que se refere à segurança e liquidez. Os títulos públicos dos EUA asseguram que, de um lado, a denominação dos ativos e das operações financeiras em dólar e, de outro, garantem a posição de referência das taxas básicas de juros da economia norte-americana no sistema financeiro internacional. Nas palavras dos autores:

o valor do dólar é fixado pela taxa de juros americana, que funciona como referência básica do sistema financeiro internacional em função da capacidade dos EUA em manterem sua dívida pública como título de segurança máxima do sistema. Por seu turno, a utilização da taxa de juros americana como taxa de referência para o violento aumento de transações financeiras em curso na economia global, induz a que a denominação das operações de securitização em geral (e, em particular, dos instrumentos de derivativos cambiais) seja feita em dólar, abrindo a possibilidade de realizarem-se extraordinários ganhos de arbitragem quando existem diferenciais expressivos entre as taxas de juros internas e as correspondentes flutuações na taxa de câmbio da moeda local por referência ao dólar (Tavares e Melin, 1997, p. 64).

Tendo em vista esse poder do Fed, por ser a instituição que define as taxas de juros da economia norte-americana, passou a ter enorme poder dentro do sistema monetário internacional e acabou por desempenhar importantes funções, sejam elas: i) determina a

liquidez do sistema financeiro internacional através da atração de capitais para dentro da economia norte americana; ii) estabelece o “valor da moeda” internacional; e iii) exerce no sistema financeiro internacional papel central no que se refere à segurança do sistema, uma vez que é o mais poderoso *emprestador de última instância* do SMI (Tavares e Melin, 1997, p. 66).

Do ponto de vista dos demais países do SMI, as modificações nos diferenciais de juros têm como consequência uma redução significativa dos espaços para implementação das políticas nacionais que priorizem interesses internos. Este enquadramento da condução da política econômica é decorrente da forte conexão que existe entre juros e câmbio na maioria das economias nacionais, cujas causas podem ser encontradas nos processos de liberalização e desregulamentação financeiras. Na prática, os movimentos intensos de capitais especulativos, estimulados pelos diferenciais de juros e pelas expectativas de variação cambial, influem diretamente sobre as paridades cambiais, obrigando os Estados a utilizar a política monetária de forma ativa para corrigir os desajustes nos mercados monetários e de câmbio, usando, para tanto, quantidades significativas dos recursos fiscais. Os governos se valem do endividamento público como instrumento de política monetária, o que limita a capacidade do Estado de promover políticas públicas de um modo geral.

3.2. O Ajuste Recessivo

Em *(Des)ajuste Global e Modernização Conservadora* (1993), escrito em co-autoria com José L. Fiori, a temática dos desajustes da economia mundial na década de 70 permanece, mas agora a atenção de Tavares se volta para como esses desajustes repercutem nos países centrais e nos países periféricos, promovendo uma reorganização econômica nos primeiros e baixo crescimento econômico nos segundos.

3.2.1. O Ajuste nas Economias Centrais

O primeiro ensaio “Ajuste e Reestruturação nos Países Centrais: a Modernização Conservadora” (Tavares, 1992) versa sobre o ajuste macroeconômico e a reestruturação industrial que ocorreram nos países centrais e nos países de industrialização tardia, em

resposta aos sucessivos choques monetários e de preços de petróleo das décadas de 70 e 80.

Neste, a autora compara dois tipos de ajuste dos países. Primeiro, “países de capitalismo ”organizado”, “onde as relações orgânicas entre a burocracia do Estado, os bancos e as grandes empresas industriais foram sempre importantes em seu desenvolvimento histórico” (Tavares, 1992, p.55) e “regulado”, que envolve um conjunto mais amplo em que a intervenção estatal esta presente tanto no nível macroeconômico, como na política industrial e no financiamento público. Esse tipo de capitalismo esta representado pela Alemanha, Japão, que são os países de maior êxito, além de França, Itália e Coréia.

O segundo grupo de países, enquadrados no grupo anglo-saxônico, adotaram o modelo liberal de economia, baseado na supremacia dos mercados e repúdio à intervenção estatal.

Alemanha e Japão: Países de capitalismo organizado

No que se refere à organização industrial são países que possuem sólidas relações financeiras entre seus bancos e suas grandes empresas. Do ponto de vista macroeconômico, ambos os países possuem moedas que servem de reserva internacional, o que lhes permite sustentar uma posição de respeito em relação ao dólar sem riscos para seus balanços de pagamento. Assim, suas posições financeiras internacionais, aliadas a economias com significativo grau de coesão interna, suavizaram as políticas de ajuste, amenizando o impacto das flutuações do dólar e das taxas de juros internacionais. Ademais, foram os únicos países que conseguiram financiar o investimento privado e a dívida pública praticando baixas taxas de juros, além de ter conseguido compatibilizar altas taxas de investimento interno e poupança interna com grandes superávits comerciais e exportação de capitais para os EUA pelas grandes empresas privadas.

A reestruturação industrial ocorrida nesses países foi baseada em objetivos estratégicos e políticas industriais de longo alcance, com ênfase ao dinamismo dos setores de alta tecnologia. Com isso, obtiveram vantagens comparativas dinâmicas e conquistaram uma grande inserção no mercado internacional.

No caso alemão, essa estratégia visava a consolidação de sua posição dominante no mercado europeu e de liderança no processo de integração da Europa. No caso japonês, tratava-se de uma estratégia de globalização mais completa, que promoveu uma nova divisão de trabalho na Ásia, impulsionando a expansão dos “tigres asiáticos”, além da conquista em grande escala do mercado norte-americano.

Inglaterra: o modelo anglo-saxão

Optou pela adoção de políticas ultra-liberais, com abertura excessiva para a especulação financeira. Tal estratégia representou uma resposta aos interesses hegemônicos dos bancos privados e dos mercados financeiros fortemente internacionalizados. Na ausência de instituições de crédito públicas estruturadas, o financiamento das empresas é baseado em recursos próprios ou no mercado de capitais. Não há uma política deliberada de reestruturação industrial como nos casos exitosos apontados acima.

3.2.2. O Ajuste nas Economias Periféricas: O Caso Brasileiro

As repercussões sobre a periferia da “retomada de hegemonia” dos EUA não foram suaves. Os países periféricos se viram forçados a pagar montantes elevados aos seus credores internacionais, fruto de endividamentos passados contraídos a taxas de juros flutuantes, agora fortemente elevadas.

Considerando o fato do dólar ser a moeda reserva no sistema capitalista mundial, as economias periféricas foram forçadas a promover um ajuste macroeconômico, baseado na geração de mega-superávits comerciais, à custa de baixo crescimento de suas economias. A partir de 1982 os EUA voltaram a crescer baseado em crédito de curto prazo, endividamento externo e déficit fiscal, concretizando, assim, a retomada de sua hegemonia.

Essa temática é abordada no segundo ensaio do mesmo livro, “As Políticas de Ajuste no Brasil: os Limites da Resistência” (1993), que consiste numa extensão das reflexões da autora para o contexto latino americano, mantendo o Brasil como o caso de referência e preocupação central.

Ao contrário de algumas potências centrais que responderam à “diplomacia do dólar forte” com uma reestruturação industrial, os países capitalistas de desenvolvimento industrial intermediário, como a Índia, o Brasil, o México e a Argentina, além dos seus múltiplos problemas de organização e desenvolvimento internos, enfrentam dificuldades para converter sua estrutura produtiva na direção de uma inserção internacional mais dinâmica. Suas matrizes industriais não atingiram uma amplitude e certo de grau de desenvolvimento necessários para constituir um núcleo endógeno de desenvolvimento de novas tecnologias. Convivem, ainda, com setores primário-exportadores exclusivamente orientados ao mercado internacional.

Tavares ainda chama a atenção para as conseqüências perversas do ajuste recessivo

para as economias periféricas. Esse ajuste, seguindo as recomendações do ajuste formal do balanço de pagamentos, se baseia em políticas de contenção da demanda com a mudança dos preços relativos em favor dos bens exportáveis. Através de políticas macroeconômicas recessivas e políticas cambiais ativas, esse tipo de orientação econômica têm logrado obter superávits comerciais para cobrir, em parte, o serviço da dívida externa.

A contrapartida do uso de políticas monetária e cambiais ativas para a promoção dos superávits comerciais é a necessidade de um ajuste fiscal permanente. Com a recessão provocada por essas políticas, o aumento da arrecadação tributária é limitado, o que torna o ajuste fiscal cada vez mais custoso para o setor público, dado que ainda encontra-se com uma dívida pública enorme para sustentar.

Entre as reformas estruturais recomendadas pelas políticas de ajuste neoliberal, destacam-se a desregularão dos mercados financeiros e a abertura comercial irrestrita, ambas fontes de desequilíbrios interno e externo para economias que ainda não atingiram certo grau de estabilização e uma inserção internacional, ao menos, razoável. As entradas e saídas de capitais, cada vez mais irrestritas, provocam desequilíbrios no balanço de pagamento e de restrição de crédito, que são contornadas com mais políticas monetárias e cambiais ativas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos capítulos anteriores procuramos apresentar a evolução da obra de Maria da Conceição Tavares tratando em separado os três planos de reflexão identificados na obra da autora: o desenvolvimento econômico do Brasil compreendido no período de 1930 até meados da década de 70, quando se interrompe o ciclo de expansão econômica; a influência de grandes autores da tradição da Economia Política, como Marx, Keynes e Kalecki, em seu pensamento; e, por fim, suas reflexões no âmbito da Economia Política Internacional. Apesar da abordagem em linhas gerais e, na maior parte, descritiva dos trabalhos de Tavares feita nessa monografia, é possível identificar a permanente busca da autora por tentar compreender o funcionamento da economia brasileira, bem como os movimentos do capitalismo contemporâneo.

A formação de seu pensamento não é linear, ou seja, não se baseia somente em continuidades ou aprofundamento de suas interpretações, mas sim é marcada por revisões críticas de seus próprios trabalhos, por diálogos críticos com as obras de grandes pensadores que lhe serviram de matriz teórica para suas reflexões, bem como por debates com seus próprios contemporâneos.

Tendo em vista a evolução feita do pensamento de Tavares a partir de suas principais obras que se inserem dentro de três temáticas abordadas nos capítulos anteriores, torna-se interessante tecer alguns comentários sobre o “modo de pensamento” da autora. Utilizaremos, para isso, a contribuição de Dow (2003) sobre o pensamento macroeconômico, feita a partir de uma abordagem metodológica.

“Modo de pensamento” pode ser entendido como “the way in which arguments (or theories) are constructed and presented, how we attempt to convince others of the validity or truth of our arguments”(Dow 2003, p.11). Uma vez feita essa definição, Dow apresenta o que consiste o “modo de pensamento Babilônico”, em contraposição ao “pensamento Euclidiano/Cartesiano”.

De acordo com a abordagem Babilônica, “there is no single logical chain from axioms to theorems; but there are several parallel, intertwined, and mutually reinforcing sets of chains, such that no particular axiom is logically basic”(Stohs 1983, p.87). Dow explorou a natureza e as implicações do pensamento Babilônico para distinguir as bases que sustentam a metodologia econômica do *mainstream* daquelas que apóiam a metodologia de outras escolas de pensamento, em particular a escola pós-keynesiana. Para ela, a idéia do pensamento Babilônico pode ser considerada uma das características que identificam o pós-

keynesianismo. Esse modo de pensar não está organizado a partir de um conjunto de axiomas, mas está orientado pelas especificidades de cada problema a ser tratado. Ao invés de construir um único sistema formal e generalizável, o pensamento Babilônico prefere fazer recortes da realidade, com o propósito de formular análises parciais da mesma. Essas análises podem ser estatísticas ou mesmo baseadas numa abordagem histórica, dependendo de sua conveniência para o estudo do objeto.

Por essas e outras razões, é que Dow refere-se ao modo de pensar Babilônico como sendo um “open system of thought,” (Dow, 2003 p.12), em contraposição ao pensamento Euclidiano, que consiste num “closed system of thought”, baseado em um conjunto de axiomas formulados através de uma metodologia matemática.

Um “open system of thought,” permite espaço para inúmeras linhas de argumentação e métodos e as variáveis de análise podem ser consideradas exógenas ou endógenas, dependendo da análise que se faz do objeto de estudo.

Considerando essa tipologia adotada por Dow, é possível verificar uma correspondência do pensamento de Tavares ao modo de pensar Babilônico. Isso porque, partindo de uma perspectiva histórico-estrutural, Tavares reconhece a importância das especificidades históricas para tratar das questões pertinentes ao seu principal objeto de estudo, a economia brasileira. Sendo assim, suas análises não se baseiam em uma metodologia imutável que permite aplicar leis gerais de validade universal; ao contrário, são baseadas nas condições estruturais e históricas das economias latino-americanas. Para isso, a autora desenvolveu um novo instrumental teórico-analítico próprio para entender a dinâmica das economias periféricas.

BIBLIOGRAFIA

BIELSHOWSKY, Ricardo. (2000) (org). *Cinquenta Anos de Pensamento na Cepal*. Rio de Janeiro: Record.

BIDERMAN, C., COZAC, L.F.L., REGO, J.M. (1996). *Conversa com Economistas Brasileiros*. São Paulo, Editora 34.

BRAGA, José Carlos de Souza. (s/d). “O Irracional e o Inteligível no Capitalismo Financeiro”. Campinas, Instituto de Economia, Unicamp.

DAVIDSON, P. (1978). *Money and the Real World*. Basingstoke, Macmillan, 2a. edição.

DOW, S. (2003). “The Babylonian Mode of Thought”. In: KING, J.E. (org.). *The Elgar Companion to Post Keynesian Economics*. Cheltenham, Edward Elgar.

GONÇALVES, Reinaldo.(2005) *Economia Política Internacional:fundamentos teóricos e as relações internacionais do Brasil*. Rio de Janeiro, Elsevier.

HICKS, J. (1974). *The Crisis of Keynesian Economics*. New York, Basic Books.

LUSTIG, Nora (1988). “Del Estructuralismo al Neoestructuralismo: La Búsqueda de un Paradigma Heterodoxo”. In: Colección Estudios CIEPLAN, nº23, março.

MAZZUCHELLI, F.(s/d). “Maria da Conceição Tavares e o Pensamento Econômico”.Campinas, Instituto de Economia, Unicamp.

O’HARA, P.A. (org.). (2001). *Encyclopedia of Political Economy*. New York, Routledge.

POSSAS, Sílvia.(2001).“Maria da Conceição Tavares”. In: *Estudos Avançados*, vol. 15, nº47. Set./Dez.

SCHUMPETER, J. A. (1954). *História da Análise Econômica*. Editora Fundo de Cultura.

SERRANO, F. (2002). “Do ouro imóvel ao Dólar Flexível”, *Economia e Sociedade*, nº 19, Campinas.

STOHS, M. (1983). “‘Uncertainty’ in Keynes’ General Theory: a rejoinder”. *History of Political Economy*: 15(1), 87-91.

TAVARES, M. C. (1963). “Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações”. In: Tavares, M. C. (1972) *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro: Ensaio sobre a Economia Brasileira*. Rio de Janeiro, Zahar, 7ª edição.

TAVARES, M. C. (1971). "Natureza e Contradições do Desenvolvimento Financeiro Recente". In: TAVARES, M. C. (1972) . *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro: Ensaio sobre a Economia Brasileira*. Rio de Janeiro, Zahar, 7ª edição.

TAVARES, M. C. (1975) *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. Tese de Livre-Docência, IE/UFRJ. São Paulo, Editora da Unicamp (1986).

TAVARES, M. C. (1978) *Ciclo e Crise: O Movimento Recente da Industrialização Brasileira*. Tese de Professor Titular, IE/UFRJ. São Paulo, Unicamp (1998).

TAVARES, M. C. (1985), "A Retomada da Hegemonia Norte-Americana". Revista de Economia Política – 18, vol. 5, abril/junho .Republicado in: TAVARES, M. C. & FIORI, J. L. (org.).(1997) *Poder e Dinheiro: Uma Economia Política da Globalização*, Ed. Vozes, Petrópolis.

TAVARES, M.C. (1992). "Ajuste e Reestruturação nos Países Centrais: A Modernização Conservadora". In: TAVARES, M.C. & FIORI, J.L (1993). *(Des)ajuste Global e Modernização Conservadora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

TAVARES, M.C. (1993). "As Políticas de Ajuste no Brasil: Os Limites da Resistência". In: TAVARES, M.C. & FIORI, J.L (1993). *(Des)ajuste Global e Modernização Conservadora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

TAVARES, M.C.& BELLUZZO, L. G. (1984) "Uma Reflexão Sobre a Natureza da Inflação Contemporânea". In: Revista do Instituto de Economia Industrial da UFRJ, dezembro. Republicado em Rego, J. M. (org.).(1986) In: *Inflação inercial, teorias sobre inflação e o Plano Cruzado*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

TAVARES, M. C. & MELIN, L. E. (1997), "Pós-Escrito 1997: A Reafirmação da Hegemonia Norte-americana". In: TAVARES, M. C. & FIORI, J. L. (org.) (1997). *Poder e Dinheiro: Uma Economia Política da Globalização*, Ed. Vozes, Petrópolis.

TAVARES e SERRA, J. (1970). "Além da estagnação". In: TAVARES, M. C. (1972) *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro: Ensaio sobre a Economia Brasileira*. Rio de Janeiro, Zahar, 7ª edição.